

Experiências em Educação Escolar Indígena na América Latina

Paulo de Tássio Borges Silva¹ , Célia Aparecida Bettiol² , Luciano Cardenes Santos^{3*} 

¹ Universidade Federal Fluminense, Brasil. ² Universidade do Estado do Amazonas, Brasil. ³ Universidade Federal de Goiás, Brasil.

*Autora de correspondência: paulodetassiosilva@yahoo.com.br

© ODEERE 2022. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Na América Latina, temos inúmeras experiências com a Educação Escolar Indígena, o México foi o primeiro país a oficializar a interculturalidade em seus programas educativos para indígenas. O Peru instituiu em 1989 a Política de Educação Bilingue Intercultural do país, tendo um forte direcionamento para a questão linguística, promulgando em 1991 a Política Nacional de Educação Intercultural e Educação Bilingue Intercultural, definindo a educação de todos os peruanos como intercultural, sejam eles indígenas ou não (CASTILLO & MALLET, 1997). No Chile, onde se reconhece oito etnias em seu território, o Programa de Educação Intercultural Bilingue foi criado em 1996 pelo Ministério da Educação, desenvolvendo paralelamente a política afirmativa de concessão de bolsas a estudantes da educação básica, média e superior, a fim de diminuir o abandono escolar e a repetência (CASTRO, 2007).

No Equador, a política educativa intercultural foi uma das primeiras a se consolidar, após o México, tendo a Educação Intercultural Bilingue um sistema paralelo ao ensino regular. Neste país, Walsh (2008) vem sinalizando a necessidade de compreender a interculturalidade nas diferentes vozes que a tem preenchido. Para tanto, a mesma propõe a construção de uma interculturalidade crítica decolonial, na superação do "interculturalismo oficial". Na Argentina, a Educação Intercultural Bilingue para indígenas tem recebido críticas, localizando a escola indígena como um microcosmo colonial diante da falta de autonomia que os indígenas têm com suas escolas. Em países como Colômbia, Guatemala, Costa Rica e Panamá, a Educação Intercultural Bilingue é gestada por programas nacionais e regionais; são países onde a política ainda não está bem consolidada, tendo dificuldades com comunidades distantes, chegando a não atender todos os indígenas (SILVA, 2019).

No Paraguai, Costa Rica e Panamá, só há projetos voltados para algumas

comunidades em particular. Bolívia e Nicarágua se dispõem a atender todos que falam o idioma nativo, não conseguindo a Bolívia, por falta de apoio (LÓPEZ; SICHRA, 2007). Fazendo um balanço acerca da Política Educativa Intercultural na América Latina, López e Sichra (2007) acenam a necessidade de se retomar o sentido político que nasceu a Educação Intercultural Bilíngue, em resposta às tentativas de homogeneização das “políticas liberais de reconhecimento da multiculturalidade naquilo que nos caracteriza como latino-americanos” (LÓPEZ; SICHRA, 2007, p. 116).

Contudo, acreditamos que o caminho não seja este de retorno a um possível fundacionismo do significante interculturalidade. Talvez seja mais profícuo entender as redes discursivas que têm normatizado o significante intercultural, e as possíveis rasuras que tem oxigenado o mesmo, muitas vezes com posicionamentos de comunidades indígenas que não desejam elementos de sua cultura na escola ou quando criam enfrentamentos diante de conteúdos curriculares normatizados em nome de uma interculturalidade normatizada em trocas de repertórios culturais (SILVA, 2019).

Como outros países da América Latina, o Brasil aderiu à retórica de respeito às diferenças, lidas nos documentos como diversidade, adotando uma política para a Educação Escolar Indígena pela interculturalidade a partir da década de 1990. Fidel Tubino (2005) tem feito críticas referentes à institucionalização da interculturalidade no Peru. Para o autor, há uma interculturalidade normativa (formulada por filósofos e educadores), “[...] que se expressa como discurso que pretende reger um dever ser, neste caso, educativo oficial – dois modos de interculturalismo: o funcional e o crítico” (CZARNY, 2012, p. 30). O interculturalismo oficial seria o preenchimento discursivo dado pelo estado em suas legislações, não havendo uma discussão das redes de poderes e das desigualdades entre os povos, estando longe da interculturalidade demandada pelos movimentos sociais a partir da década de 1970. Nesta discussão, o interculturalismo oficial, “ao mesmo tempo, não leva em conta a injustiça distributiva, que é a outra cara da injustiça cultural [substituindo], assim, o discurso da pobreza por aquele sobre cultura” (CZARNY, 2012, p. 30). O interculturalismo crítico, ao contrário, se debruçaria às causas da injustiça cultural, criando dispositivos descolonizantes para detê-los e superá-los, aproximando-se às demandas dos movimentos étnicos.

Diante das políticas educacionais e curriculares construídas para a Educação Escolar Indígena na América Latina, que tem ou não reiterado a categoria interculturalidade, o dossiê se lança num movimento de partilha de experiências e epistemologias que têm sido construídas pelos/com/entre os povos indígenas. O dossiê que apresentamos potencializa os diálogos colaborativos sobre a Educação Escolar Indígena a partir de uma rede de pesquisadores (as) em Educação Escolar Indígena na América Latina. O mesmo traz o protagonismo das populações indígenas na construção de suas propostas curriculares, estando estas perpassadas por experiências de formação inicial e continuada de professores(as) indígenas, políticas de retomada e revitalização linguística nas escolas e outras formas de fazer e encantar a escola.

Em **“Inteirando” a língua: o Patxohã e suas paisagens híbridas no Território Kaí-Pequi (Comexatiba)**, Paulo de Tássio Borges da Silva apresenta um diálogo entre as línguas indígenas e a linguística queer, onde os Pataxó de Cumuruxatiba/Prado - Bahia vêm rasurando os discursos da história, da antropologia e da linguística, construindo “inteiramentos” linguísticos em paisagens queers, que as classificações herméticas das línguas indígenas feitas pela linguística, não tem dado conta de responder. As considerações apontadas no texto operam como inconclusas, onde as experiências Pataxó de revitalização linguística são lidas como fluxos de paisagens e fluxos curriculares, que podem contribuir na desconstrução de aparelhamentos culturais e linguísticos.

No texto **Da aldeia à Academia, da Academia à Aldeia: os desafios da Universidade frente às demandas dos Povos Originários**, Claudedir dos Santos e Maria Silvia Cristofoli problematizam os alcances do *fazer ciência com* estudantes indígenas, seguindo os moldes acadêmicos tradicionais. As reflexões partem da hipótese de que a linguagem é o *dispositivo limiar* tanto para emancipação quanto para a continuidade de uma exclusão para com estudantes indígenas. Fundamentado em diferentes documentos e pesquisas sobre o tema, o artigo discute sobre as dificuldades dos(as) estudantes indígenas em assimilar os ritos acadêmicos, ao mesmo tempo, em que indaga sobre o compartilhamento de conhecimentos entre a universidade e as populações indígenas, frente às demandas que garantirão a dignidade e sobrevivência dos povos originários. Os Autores chamam atenção para a urgência em se discutir a comunicação entre a

universidade e os/as estudantes indígenas.

Num movimento de reflexão socioantropológico, Maria Regina Lins Brandão Veas e Karla Cunha Pádua, no texto **Potencialidades da Educação Intercultural na Aldeia Muã Mimatxi**, apoiando em estudos sobre interculturalidade, e em uma coletânea das histórias indígenas contadas na comunidade indígena Pataxó, localizada na cidade de Itapeceira- MG, entrecruzam as vozes da comunidade indígena, constatando que a educação intercultural é uma maneira de legitimar direitos às minorias indígenas e um modo de fortalecer suas tradições culturais. Assim, a partir das histórias indígenas e de outras ferramentas educativas utilizadas na escola da aldeia Muã Mimatxi, a comunidade indígena se mostra como agente da própria educação, em diálogo constante com outros conhecimentos e tradições, a fim de construir seus projetos de futuro.

Elizete de Lima Queiroz e Ribamar Ribeiro Junior no artigo **Escola Pëptykre Parkatêjê: Saberes dialogados a partir das pinturas Gavião**, apresentam uma pesquisa realizada a partir de um olhar sobre o cotidiano da Escola Estadual Indígena de Educação Infantil, Fundamental e Médio *Pëptykre Parkatêjê*, trazendo a experiência curricular dessa escola, articulada com dinâmica do povo *Parkatêjê*, que habita a Terra Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, uma área denominada como o etnoterritório Gavião. O texto traz reflexões e análises da metodologia desenvolvida no currículo em movimento, como também nas ações que são desencadeadas ao longo do ano por meio do calendário cerimonial da aldeia.

Em **Escolas e professores indígenas: reflexões sobre a formação e o uso das línguas indígenas**, Célia Aparecida Bettiol apresenta uma discussão sobre como a formação de professores(as) indígenas se articula com a escola para refletir sobre a língua própria e seus espaços de uso, bem como o ensino da língua portuguesa como segunda língua. As reflexões são resultado de trabalhos realizados no curso de Pedagogia Intercultural Indígena durante as disciplinas do componente Estágio Supervisionado. As análises reiteram a importância da formação garantir espaços de discussão sobre a língua própria pelos(as) professores(as) indígenas e a pesquisa nas suas aldeias sobre a questão. A autora afirma que do ponto de vista curricular é importante ter disciplinas específicas sobre línguas indígenas ao longo de toda a proposta de formação, trabalhando a Língua Portuguesa como língua adicional e

criando espaços de discussão sobre a questão (Semanas de Curso, trabalhos com orientação individual e grupal, trabalhos de campo nas aldeias, produção de materiais didáticos específicos, etc).

No texto **Experiências com o magistério indígena em Angra dos Reis: tessituras em educação, cultura e diferença**, William de Goes Ribeiro, Renata Lopes Costa Prado e Silmara Lídia Marton partilham experiências com o magistério indígena em Angra dos Reis, dialogando com suas memórias e referenciais. A partilha se volta em experiências no ano de 2019, quando tiveram a oportunidade de, a partir de distintas áreas de conhecimento e ênfases teórico-metodológicas, atuar como professores(as) de estudantes indígenas, Guarani e Pataxó, contribuindo com um curso de qualificação, intermediado por um projeto, vinculado ao Estado do Rio de Janeiro. A rememoração do curso perpassa diálogos e uma escrita de insistência da experiência, sinalizando sentidos e se fazendo como acontecimento propício a sentir/pensar processos de alteridade-mesmidade.

Paulo de Tássio Borges da Silva, Rosilene Cruz e José Carlos Batista Magalhães, trazem no texto **Tradução e Diferença na construção do Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Escolar Indígena**, o movimento de construção do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) para a Educação Escolar Indígena, tensionado pelo Fórum de Educação Indígena da Bahia (FORUMEIBA), juntamente com as lideranças dos 30 povos indígenas da Bahia, que pontuaram a ausência de diálogos específicos acerca da Educação Escolar Indígena no DCRB, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia em dezembro de 2019. Operando com a noção de tradução (DERRIDA, 2002), na compreensão de que as políticas não são implementadas, mas traduzidas e interpretadas, apresentam quais paisagens curriculares (SILVA, 2019) têm se dado para a Educação Escolar Indígena na Bahia, no sentido de “escapulir” da BNCC, fala corrente entre professores (as) e lideranças indígenas, e produzir currículos para a diferença. A análise aponta tentativas de produções curriculares em contextos indígenas para além da BNCC, que tem produzido ressonâncias no cerceamento da diferença na Educação Escolar Indígena, possibilitando pensar currículos para a diferença.

Os artigos que integram o dossiê **Experiências em Educação Escolar**

Indígena na América Latina, neste número da ODEERE - Revista do Programa em Relações Étnicas e Contemporaneidade, apresentam diálogos com a Educação Escolar Indígena num movimento de valentia e boniteza, fecundo de esperança nesse novo ano que se inicia, sobretudo em solo brasileiro, onde o anúncio de um Ministério dos Povos Originários demarca novos posicionamentos e negociações políticas. Agradecemos aos autores e às autoras, bem como ao editor da revista, Natalino Perovano Filho. Que os(as) leitores(as) tenham uma boa leitura.

Referências

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CASTILLO, Madeleine Zúñiga; MALLET, Juan Ansión. **Interculturalidad y Educación em el Peru**. Lima: Foro Educativo, 1997.

CASTRO, Guillermo Williamson. Reflexão Político-Pedagógica sobre a Diversidade e a Educação Intercultural Bilíngue. In.: HERNAIZ, Ignácio (Org.). **Educação na Diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngue**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007, (Tradução: Maria Antonieta Pereira, Et all).

CZARNY, Gabriela. Ressituando Debates Interculturais nas Américas. In.: PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela (Orgs.). **Povos Indígenas e Escolarização: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LÓPEZ, Luiz Enrique; SICHTA, Inge. Educação em Áreas Indígenas na América Latina: balanço e perspectivas. In.: HERNAIZ, Ignácio (Org.). **Educação na Diversidade: experiências e desafios na Educação Intercultural Bilíngue**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007, (Tradução: Maria Antonieta Pereira, Et all).

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **Paisagens e Fluxos Curriculares Pataxó: processos de hibridização e biopolítica**. Rio de Janeiro: PROPED/UERJ, 2019 (Tese de doutorado em educação).

TUBINO, Fidel. El Interculturalismo Latinoamericano y los Estados Nacionales. In.: RODRÍGUEZ, M. (Comp.). **Foro de Educación, Ciudadanía e Interculturalidad**. México: SEP/CGEIB, FLAPE, Observatorio Ciudadano Contra Corriente, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica. Pedagogia de-colonial. In.: VILLA, W.; GRUESO, A. (Comps.). **Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2008.